

## A PARCERIA ENERGÉTICA RUSSO-EUROPEIA

### THE RUSSIAN-EUROPEAN ENERGY PARTNERSHIP

**Victoria de Sousa Carvalho<sup>1</sup>**

Departamento de Relações Internacionais  
Universidade Federal de Sergipe  
Aracaju – Sergipe – Brasil

**Rodrigo Barros de Albuquerque<sup>2</sup>**

Departamento de Relações Internacionais  
Universidade Federal de Sergipe  
Aracaju – Sergipe – Brasil

Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Universidade Federal de Pernambuco  
Recife – Pernambuco – Brasil

**Resumo:** A Rússia é o principal obstáculo às recentes atividades de diversificação da matriz energética europeia? No século XXI, a União Europeia utiliza estratégias para promover a diversificação das suas fontes de energia, objetivando maior segurança em seu provisionamento energético, um setor energético competitivo e sustentável, capaz de garantir estabilidade e abundância dos recursos energéticos à população europeia. Os hidrocarbonetos são as fontes de consumo energético mais utilizadas pelos europeus e a Rússia é a principal fornecedora de petróleo, gás e carvão à Europa. Entretanto, cortes do fornecimento de gás a partir de 2006 envolvendo a Rússia e a Ucrânia prejudicaram o futuro da parceria energética russo-europeia frente aos seus defensores. Este artigo examina o impacto das decisões da União Europeia e como elas afetam os padrões de produção e consumo de energia no continente através de um estudo de caso sobre as suas relações com a Rússia em matéria de energia.

**Palavras-chave:** Segurança energética. Competitividade. Sustentabilidade.

**Abstract:** Is Russia the main obstacle to the current proposals to transform the European energy matrix? In the 21st century, the European Union uses strategies to promote the diversification of its energy sources, aiming greater security in its energy supply, a competitive and sustainable energy sector, able to guarantee long-term stability and abundance of energy resources for the European population. Hydrocarbons are the most commonly used energy sources for Europeans and Russia is the leading supplier of oil, gas and coal to Europe. However, cuts in the natural gas supply since 2006 involving Russia and Ukraine undermined the future of the Russian-European energy partnership to its defenders. This paper examines the impact of the European Union's decisions, how they affect patterns of energy production and consumption in the continent through a case study of its relationship with Russia regarding energy.

**Key-words:** Energy security. Competitiveness. Sustainability.

**Recebido:** 09/05/2018

**Aprovado:** 05/02/2019

---

<sup>1</sup> vic\_cs@hotmail.com

<sup>2</sup> albuquerque.rodrigo@ufs.br

## **Introdução**

No final do século XX as energias renováveis passam a integrar parte considerável da conjuntura energética mundial, sobretudo de nações com tecnologias avançadas, em paralelo às fontes tradicionais – carvão, petróleo e gás natural. Buscou-se satisfazer o desenvolvimento econômico e o bem-estar social almejados a partir do pleno acesso às fontes primárias de energia. A União Europeia (UE) não foi uma exceção. Dependente da energia de fornecedores externos, a exemplo da Rússia e dos membros da Organização de produtores e exportadores de petróleo (OPEP), a UE passa a fomentar a diversificação de suas principais fontes de consumo energético.

Alemanha, França, Espanha e Itália destacam-se na importação de energia. A demanda serve ao próprio consumo e à redistribuição aos demais países que constituem a comunidade europeia. A preocupação sobre o abastecimento de petróleo e gás à UE dialoga com o quadro de dependência externa existente. A Rússia, por sua produção e proximidade territorial, supre grande parte da demanda necessária ao abastecimento europeu. A Rússia é a principal fornecedora de petróleo e de gás à comunidade europeia e em 2006 emergiu como maior fornecedora de carvão, ultrapassando a África do Sul (EUROSTAT, 2017). Entretanto, interrupções no abastecimento do gás russo são obstáculos à continuidade desta parceria.

As disputas do gás iniciaram-se em 2006 e se intensificaram em 2010 como resposta às desavenças políticas entre Rússia e Ucrânia. Os conflitos na Europa Oriental foram acirrados com o fim da União Soviética, pois seus vizinhos passaram a enxergar a Rússia como sua sucessora, incorporando seu status de liderança opressora na região (MIELNICZUK, 2006). Observou-se que a “crise na Ucrânia provocou a reemergência de riscos associados à elevada dependência europeia de gás natural russo no que concerne a [sic] segurança do abastecimento, em especial no relativo à garantia de fluxos contínuos daquele recurso energético” (SILVA & RODRIGUES, 2015, p. 19).

Como alternativa, uma das estratégias utilizadas pela UE é a diversificação das fontes de energia em uso, priorizando fontes alternativas às tradicionais, tendo nas energias renováveis uma opção. A ideia é que o consumo energético europeu adquira capacidade de resposta a interrupções do fornecimento, flutuações do mercado mundial de energia, instabilidades políticas e econômicas de nações produtoras ou fornecedoras. Ao diversificar as fontes de energia em uso, aumenta-se a probabilidade de reduzir os riscos ocasionados pela alta dependência das importações de energia (SAUVAGEOT, 2015). Populariza-se a ideia de

que dinamizar a matriz energética europeia gerará a médio e a longo prazos um suprimento de energia mais estável e abundante.

Este artigo explora os acontecimentos que desafiam a transformação da matriz energética europeia ao longo da segunda década do século XXI. Com esse intuito, emprega-se a técnica de estudo de caso, com a utilização de evidências quantitativas e qualitativas. Utilizam-se fontes secundárias, dentre as quais, estatísticas europeias fornecidas pela Eurostat *Statistics Explained* (EUROSTAT, 2016) e dados divulgados pela empresa Enerdata (2018), de consultoria sobre o setor de energia mundial e pela empresa BP Global (2018), que opera no setor de energia com foco em petróleo e gás e disponibiliza informações sobre sustentabilidade e economia energética. Tais fontes catalogam e divulgam dados sobre o setor energético mundial em relação aos processos de produção, de comercialização e de consumo de energia. A partir disso, foi possível traçar um panorama da situação de abastecimento e consumo energético da União Europeia no início de 2018.

A pesquisa bibliográfica serviu de apoio à pesquisa exploratória na familiarização com o tema e suas principais questões. A pesquisa é também descritiva, expondo as principais características do panorama energético europeu e identificando os desafios impostos à União Europeia no que se refere à diversificação de sua matriz energética. Nesse estudo, o foco da análise, seleção e interpretação dos dados foi estabelecido sobre as principais fontes de energia em uso na União Europeia – carvão, petróleo e gás natural – em associação às fontes alternativas selecionadas, as energias renováveis e o gás de xisto.

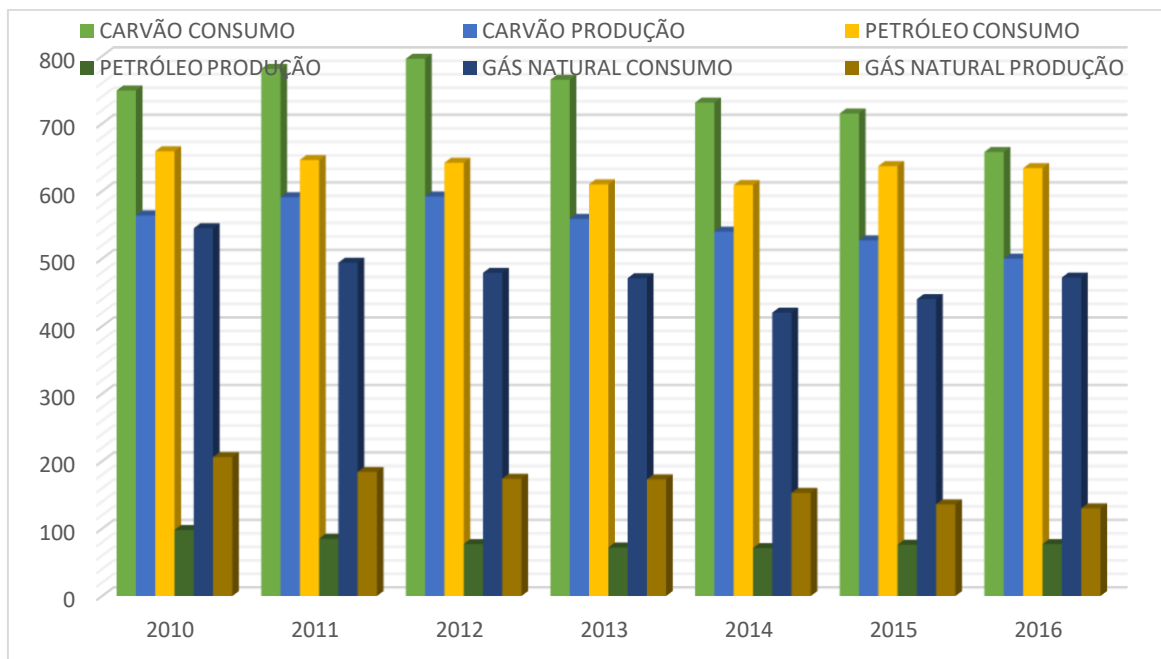
O marco teórico adotado foi o realismo estrutural de Kenneth Waltz (1979). Sob essa ótica os Estados são as unidades que constituem a estrutura do sistema, sendo suas ações moldadas pela necessidade em garantir sua sobrevivência. O ponto chave é o entendimento de que a competição entre Estados é a realidade da estrutura anárquica da política internacional. Os Estados agem egoisticamente e buscam garantir vantagens para si, agindo de forma a manter e, se possível, aumentar sua segurança a partir da busca por poder no sistema internacional. Estruturalmente, o medo de que outros Estados venham a aumentar seu poder relativo e as reais intenções envolvidas em processos cooperativos faz com que os Estados entendam que só podem contar consigo mesmos – a lógica da autoajuda. Os Estados assumem a posição de que suas agendas são hierárquicas e que a segurança ocupa a primeira posição e os demais temas são secundários, estando subordinados aos interesses securitários de seus Estados. Essa corrente teórica não ignora processos de cooperação, no entanto, a cooperação somente é possível quando e enquanto os interesses dos Estados envolvidos sejam satisfeitos.

Considerando este contexto, essa pesquisa busca responder à seguinte questão: a Rússia é um obstáculo às recentes atividades de diversificação da matriz energética europeia? Promover um quadro de abastecimento energético variado gera impactos aos padrões de produção e consumo de energia no mundo. Para isto, este trabalho está dividido em duas sessões centrais além da introdução, da conclusão e das referências bibliográficas. Primeiramente, a discussão está vinculada às características do panorama de energia da União Europeia. Assim, identificam-se as principais ameaças à segurança do aprovisionamento energético europeu, associadas à Rússia, nas duas primeiras décadas do século XXI. Em seguida, identificadas as ameaças, a discussão vincular-se-á à utilização do petróleo e do gás como fontes de poder de barganha da política externa russa. O objetivo é refletir sobre o papel da parceria com a Rússia para o futuro do comércio de hidrocarbonetos da União Europeia.

### **1. O (des) abastecimento energético da União Europeia**

Na segunda década do século XXI, os hidrocarbonetos continuam sendo as principais fontes de consumo de energia primária utilizadas pelos membros europeus. Segundo relatório da Comissão Europeia (2014, p. 2), “a UE importa 53% da energia que consome. A dependência das importações de energia ocorre em relação ao petróleo bruto (quase 90%), ao gás natural (66%) e, em menor escala, aos combustíveis sólidos (42%), bem como ao combustível nuclear (40%)”. De 2010 a 2016, a média da produção de energia primária europeia foi de 792 milhões de toneladas em petróleo equivalente, enquanto a média do consumo foi de 1629 milhões (ENERDATA, 2018). O Gráfico apresenta dados atualizados sobre o consumo e a produção do carvão, do petróleo e do gás na UE entre 2010 e 2016:

**Gráfico 1:** Consumo e produção de hidrocarbonetos na União Europeia em milhões de toneladas.



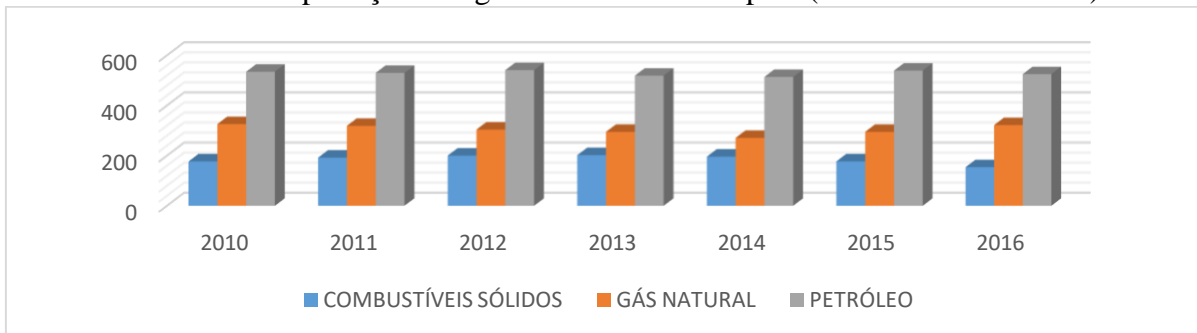
Fonte: Elaboração própria dos autores, a partir de Enerdata (2018).

A produção de energia na União Europeia é insuficiente. De 2004 a 2014 (EUROSTAT, 2017), Rússia, Colômbia e Estados Unidos foram os principais fornecedores de carvão à União Europeia e, em menor proporção, África do Sul e Austrália. O petróleo é a fonte energética de menor produção interna em comparação aos demais hidrocarbonetos; as importações suprem a maior parte da demanda interna europeia por meio de importantes fornecedores, como a Rússia, a Noruega, a Nigéria, a Arábia Saudita, o Cazaquistão e o Iraque. Os europeus demandam altas importações de petróleo à garantia de suas necessidades de consumo desde 2004. Somente a Rússia, de 2004 a 2014, forneceu uma média de 33,24% do petróleo consumido, enquanto a Noruega alcançou cerca de 14,39% (EUROSTAT, 2017). A utilização do gás natural também denota preocupação. Observa-se um alto consumo e um cenário de importações elevadas. Segundo dados do Eurostat de 2015, a produção de gás na UE supriu apenas 30% das necessidades internas de consumo (*apud* CAMACHO, 2017).

A escassez de recursos energéticos gera maior dependência ao acesso de fontes de energia, comprometendo a segurança do abastecimento energético europeu. Historicamente o conceito de segurança energética esteve vinculado à garantia do abastecimento de petróleo e gás. Somente mais tarde incorporou noções de dinamicidade das fontes de energia, integração de produtores e de consumidores e o acesso a fornecedores competitivos inseridos em ambientes geopoliticamente estáveis. No entanto, o que se observa é a falta de consenso sobre a definição do conceito dada a utilização de múltiplas abordagens teóricas e metodológicas e índices que avaliam a segurança energética serem, em sua maioria, muito incipientes. O

conceito de segurança energética vincula-se a fornecimentos ininterruptos de energia, em termos de quantidades necessárias para atender à demanda vigente a preços acessíveis (BADEA, 2010). Com 28 membros, uma população que já ultrapassa 508 milhões de habitantes (EUROPEAN UNION, 2018), com setores de produção de bens e de serviços que alcançam os cinco continentes do mundo, a produção interna de energia primária não acompanha a crescente demanda europeia no século XXI. Dessa maneira, os membros europeus demandam externamente parte considerável de sua energia.

**Gráfico 2:** Importação energética da União Europeia (Milhões de toneladas)



Fonte: Elaboração própria a partir de Enerdata (2008).

O conceito de segurança energética, neste contexto, torna-se relevante em razão do quadro de dependência das importações energéticas explicitado pelo Eurostat (2017). A preocupação é que nações que importam grande parte da energia que consomem tendem a ser geopoliticamente mais dependentes, estando mais suscetíveis a interesses externos (GULLO & TUÑÓN, 2009). Como observado, o comércio de recursos energéticos interliga os europeus aos principais produtores e fornecedores de energia do mundo – a exemplo da Rússia. Almeida (2008) afirma que para a UE as relações com a Rússia devem ser priorizadas por envolver o abastecimento de petróleo e gás natural, enquanto Silva (2017) e Pick (2012) enfatizam que tal parceria fragiliza o futuro da segurança energética europeia, na medida em que isso amplia a utilização da energia russa. Frade (2013, p. 45) ressalta que as limitações na produção de energia na UE e sua alta dependência de energia do exterior “prejudicam o abastecimento energético sustentável, visto que os seus Estados-membros estão dependentes dos países exportadores de energia e, conseqüentemente, da sua estabilidade interna”.

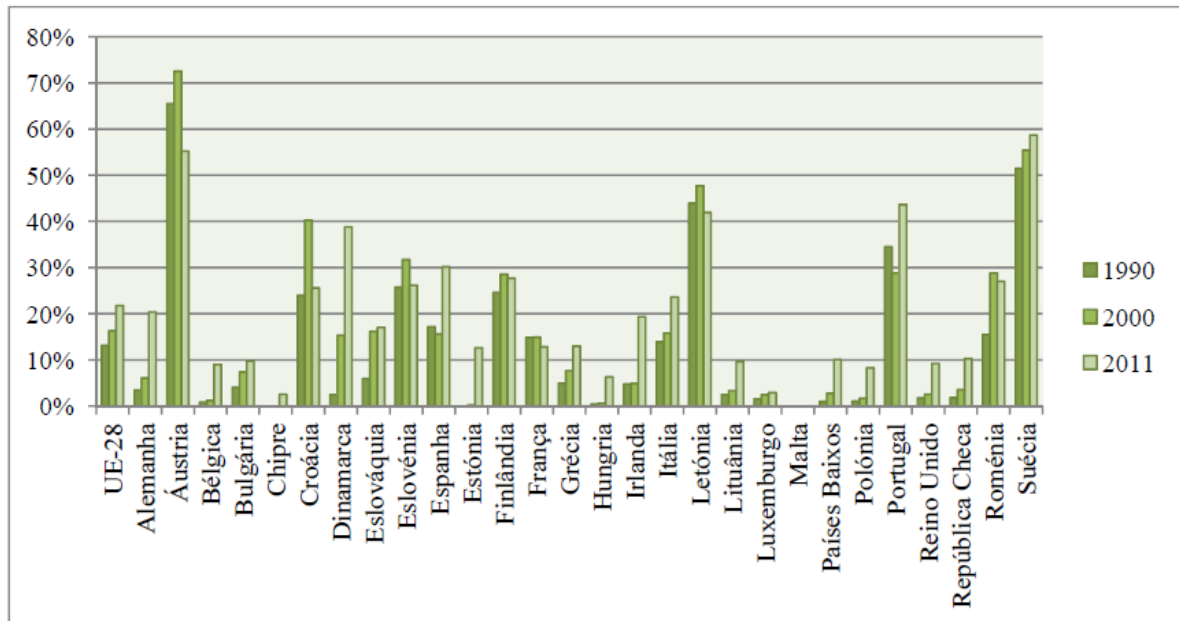
Como nos últimos anos oscilações nas exportações de energia foram impulsionadas por conflitos geopolíticos envolvendo ações russas, criou-se um ambiente desfavorável para o uso de hidrocarbonetos russos pela comunidade europeia. O petróleo pode ser transportado por via terrestre, marítima ou aérea, mediante oleodutos, navios, aviões

e caminhões-tanque. A provisão de gás depende de uma infraestrutura específica de transporte e distribuição, caracterizada por altos investimentos efetuados pelo fornecedor, consumidor ou ambos. “Dessa forma, países que importam gás natural via gasodutos estão sujeitos a importantes riscos de desabastecimento (terrorismo, acidentes, condições do tempo)” (PINTO JUNIOR, 2007, p. 260). Qualquer crise em países de trânsito pode interromper o fornecimento de gás e petróleo, seja essa crise de natureza política ou técnica (FRADE, 2013). Assim, a UE entende que fornecedores e países de trânsito devem ser política, social e economicamente estáveis para que forneçam interruptamente energia de acordo com as necessidades de seus consumidores:

A segurança do abastecimento energético tornou-se, ao longo da última década, uma questão essencial na Europa. As preocupações dos governos e do público têm incidido nos riscos associados à dependência de fontes externas, na instabilidade política vivida nos Estados de fornecimento externo ou de trânsito e nas possibilidades de ruptura do abastecimento energético (TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU, 2015, p. 10).

Parte da motivação se associou ao fato de que membros europeus consomem do exterior o equivalente a 50% de seu total energético (SILVA & RODRIGUES, 2015). A União Europeia passou a promover políticas energéticas para reduzir e, se possível, eliminar suas fragilidades na produção e acesso à energia. Contudo, a crise financeira e econômica de 2008 iniciada nos Estados Unidos trouxe problemas à Organização. A UE sofreu com índices de baixo crescimento econômico e recessões, com o endividamento público de Portugal, Grécia, Itália, Irlanda e Espanha pressionando o orçamento europeu, reduzindo a capacidade europeia de manter avanços tecnológicos e científicos no setor energético. A pressão orçamentária sobre os Estados e as empresas atuantes em território europeu dificultou os investimentos de médio e de longo prazos às alternativas implementadas ao setor energético com foco em garantir maior segurança do abastecimento de energia. Veja-se a produção de eletricidade nos países membros da UE em comparação com seu consumo, conforme o gráfico 3 .

**Gráfico 3:** Produção de energia elétrica pela União Europeia através das fontes de energias renováveis em percentagem do consumo bruto de eletricidade.



Fonte: Ladeira, 2014.

A Áustria, a Letónia e a Suécia se destacaram na produção de energia elétrica a partir de fontes renováveis. Para Ladeira (2014, p. 3)

devido à crescente preocupação com a proteção do ambiente e com o aumento da eficiência e sustentabilidade energética foram implementadas medidas no sentido de promover o aumento do consumo de eletricidade produzida a partir de [fontes de energia renováveis].

O autor afirma a existência de argumentos determinantes à implementação de políticas públicas em apoio às energias renováveis no século XXI. A produção e o consumo de energias limpas têm a capacidade de reduzir riscos ambientais e ecológicos que afetam a humanidade e também estimulam o desenvolvimento tecnológico e científico dos Estados e empresas envolvidas, produzindo conhecimento muito além do setor energético. Para o autor, reduz a dependência energética vigente, já que a produção interna de energia permite diminuir os gastos com a importação de energia. Ladeira também defende que as energias renováveis legitimam institucionalmente a União Europeia a partir do momento em que os compromissos sobre energia e mudanças climáticas são praticados. Encarnação (2016), neste contexto, defende que o desenvolvimento de energias limpas se associa ao desejo europeu de se tornar energeticamente independente. Em resumo, Ladeira assegura que promover fontes de energia renováveis permite à União Europeia “a concretização do duplo objetivo de uma maior segurança do aprovisionamento energético e da redução das emissões de gases com efeito de



estufa” (2014, p. 08). Contudo, parte de seus membros ainda mantém um consumo muito baseado nas fontes tradicionais.

Como o carvão, o petróleo e o gás advindos de grandes parcerias energéticas ainda ocupam posições significativas na matriz energética europeia desde meados do final do século XX, novas estratégias são incentivadas. Mudanças na matriz energética europeia têm a capacidade de tornar a Europa menos dependente do fornecimento energético de terceiros (ENCARNAÇÃO, 2016). O gás de xisto é um exemplo recente do interesse das autoridades europeias por maior independência das importações de energia. O xisto, por ser encontrado em uma série de países, possibilita maior estabilização do mercado mundial energético no que tange à oferta e à procura das energias tradicionais (BICO, 2014). Neste contexto, a UE defende a exploração do xisto como um dos caminhos para solucionar a atual dependência das importações de energia. A redução na dependência das importações de gás e petróleo da Rússia e dos países da OPEP visa restringir o poder de barganha e as pressões geopolíticas exercidas regional e internacionalmente pelos principais produtores e fornecedores de energia.

A Ucrânia e a Bielorrússia se destacam como países de trânsito do petróleo e do gás, ambos com desavenças históricas com a Rússia e capazes de prejudicar o fornecimento energético a fim de confrontar sua vizinha. A Rússia, por outro lado, é a maior produtora e fornecedora de energia do mundo influenciando regional e globalmente as diretrizes do setor energético mundial. Dentre os fornecedores, além da Rússia, destacam-se: a) a Noruega, pelos acordos bilaterais e multilaterais de energia estabelecidos com Estados membros europeus e seu vasto potencial tecnológico e científico; b) Azerbaijão, Cazaquistão, Quirguistão, Tajiquistão, Uzbequistão e Turcomenistão, com amplas capacidades energéticas, mas constrangidos por parcerias energéticas com a Rússia; c) Argélia, Egito, Líbia e países de trânsito, como Tunísia, Marrocos e Chipre, detêm potencial de exportação expansivo, mas problemas sociais e políticos na região limitam a inserção de investimentos estrangeiros ao setor energético. Em resumo, fornecedores do continente africano, da bacia do Cáspio e da Ásia Central têm capacidades produtivas e de exploração reduzidas se comparados à Rússia.

Como se vê, os desafios à garantia da segurança do setor energético europeu são diversos e de difícil solução. A existência de ameaças ao fornecimento de energia no cenário mundial não é novidade e ocorre pelo menos desde os choques do petróleo na década de 1970. Para Fuser (2013, p. 42), “o choque de 1973 produziu um efeito duradouro sobre as sociedades ocidentais, ao evidenciar, pela primeira vez, a sua situação de vulnerabilidade perante os países do Terceiro Mundo fornecedores de petróleo e, em especial, os integrantes

da OPEP”. A partir das observações aqui promovidas destaca-se que o atual cenário das condições de abastecimento e de consumo energético na União Europeia se relaciona ao papel russo sobre a produção de petróleo e à dependência europeia do gás russo. Estes elementos, agora identificados, são as principais ameaças à segurança do aprovisionamento energético europeu nas duas primeiras décadas do século XXI e são o objeto da próxima sessão.

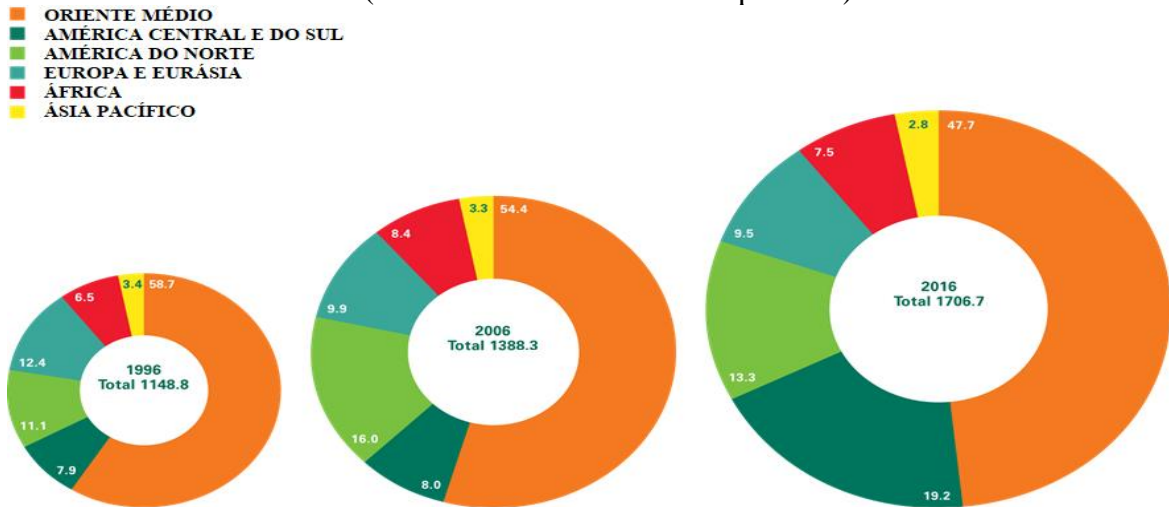
## **2. Principais desafios externos**

A União Europeia apresenta uma localização geográfica estratégica, em se tratando da proximidade a grandes fornecedores de energia do mundo. Efeitos geopolíticos são promovidos à Europa ligados aos constrangimentos estruturais próprios do mercado mundial de energia e à crescente nacionalização que marca o acesso aos hidrocarbonetos. Esta seção explorará alguns dos principais desafios externos, a princípio, desencadeados pela Rússia frente às recentes tentativas da UE de diversificar sua matriz energética.

### **2.1 O petróleo como instrumento de poder na política internacional**

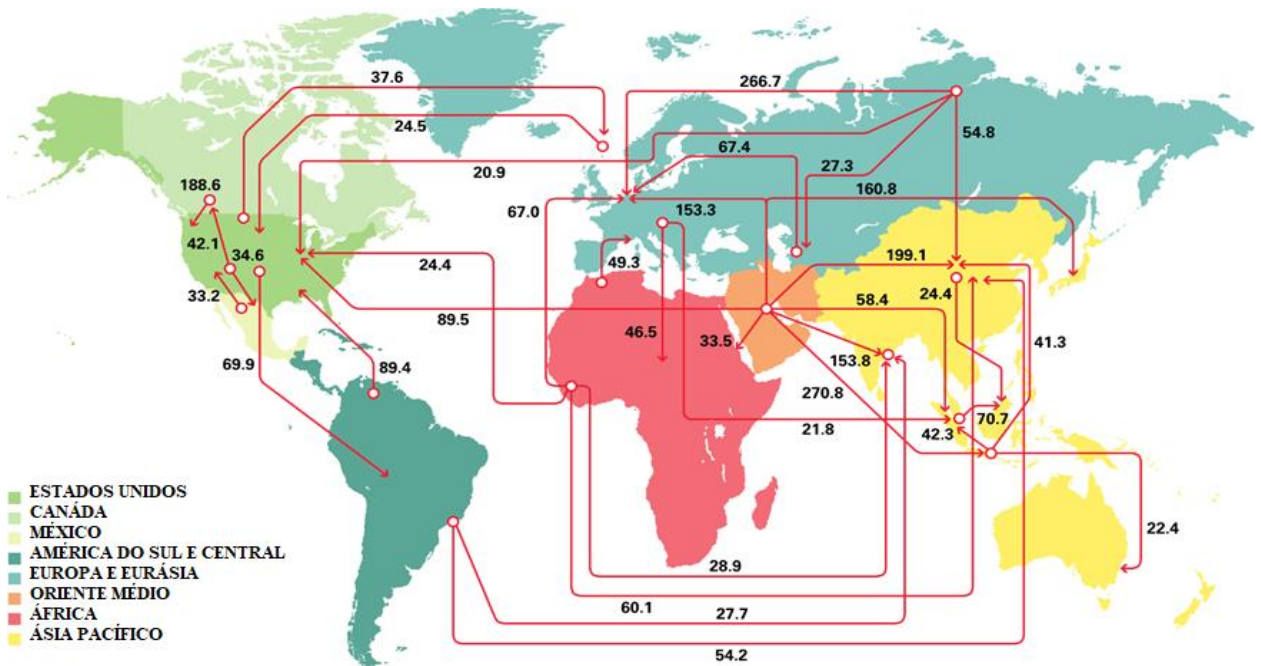
A percepção de que o petróleo é um recurso estratégico para os Estados molda a competição entre os grandes centros de poder no mundo pelo acesso às fontes petrolíferas. A partir da II Guerra Mundial o acesso ao petróleo teve a capacidade de destruir, preservar ou aumentar os domínios econômicos e políticos dos Estados, alavancando processos de industrialização pelo mundo. A OPEP foi criada em 1960 com o objetivo de regulamentar a produção e a exportação do petróleo entre os maiores produtores e fornecedores mundiais. As regiões com escassez em fontes energéticas passaram a sinalizar temores de que os fluxos do comércio internacional de petróleo não mais garantissem a sustentação dos suprimentos energéticos a longo prazo. Utilizado em ampla escala, o petróleo tornou-se uma peça do desenvolvimento econômico e social da humanidade, contudo, sua distribuição é desigual. As regiões do Oriente Médio, do Mar Cáspio e a Rússia são ricas em fontes de energia e dispõem de grande capacidade produtiva. A Europa evidencia um quadro de baixa disponibilidade e declínio na sua produção (PINTO JÚNIOR, 2007; FRADE, 2013; FUSER, 2013).

**Figura 1:** Distribuição percentual das reservas provadas de petróleo de 1996, 2006 e 2016, (em mil milhões de barris de petróleo).



Fonte: BP Global (2018).

**Figura 2:** Principais fluxos do comércio internacional de petróleo em 2016, em milhões de toneladas.



Fonte: BP Global (2018).

Na Figura 2 é possível observar que todas as regiões dependem em maior ou em menor proporção dos recursos energéticos advindos da indústria mundial do petróleo. A compra e a venda deste recurso representam parte considerável da estrutura econômica de várias nações que dependem do comércio internacional fomentado por sua exportação ou importação, a partir de seus respectivos derivados (PINTO JUNIOR, 2007; OLIVEIRA, 2012; FUSER,

2013; FRADE, 2013). Portanto, a defesa do pleno acesso aos hidrocarbonetos por parte dos centros mundiais de poder econômico e político – como a Europa –, está ligada à ideia de que o acesso à energia garante maior estabilidade, segurança e bem-estar internacional.

Soma-se a isso, que o controle de recursos energéticos e da infraestrutura de distribuição de energia podem ser considerados variável central em disputas geopolíticas globais entre as grandes potências e, ainda, pretexto ou motivação frequente para conflitos dentro de Estados exportadores de commodities energéticas, disputas entre Estados fornecedores e consumidores de energia, e confrontos entre as grandes potências importadoras de recursos energéticos (OLIVEIRA, 2012, p. 44-5).

Os Estados, a partir dessa percepção, disputam o acesso às fontes petrolíferas como uma ferramenta de busca por poder na política internacional com o fim último de alcançar maior segurança. “Dada a importância da energia em qualquer economia, o domínio do mercado energético confere aos russos a possibilidade de usar o negócio da energia como arma de *hard power* na sua política externa” (RAFAEL, 2012, p. 23). Os hidrocarbonetos provêm superioridade político-econômica-militar aos seus detentores, modificando a situação de vulnerabilidade de Estados economicamente mais frágeis das relações internacionais. Assim, a energia não é apenas um recurso, mas também “um mecanismo transformador e um indicador da capacidade de exercício de poder, portanto, essencial para analisar a correlação de forças no Sistema Internacional” (OLIVEIRA, 2012, p. 26).

A energia passa a ser utilizada como uma ferramenta de pressão da política internacional que tem a capacidade de fragilizar econômica e socialmente as regiões que demandam altas importações energéticas de um ou poucos fornecedores. Os cortes ou as reduções do fornecimento de energia desencadeiam quadros de instabilidade econômica, social e política, acirrando situações de conflitos entre produtores e consumidores. O fato é que os produtores de energia compreendem a indispensabilidade do petróleo para os rumos da política internacional, transformando a percepção de segurança do abastecimento até de Estados mais poderosos. Assim, diversificar os fornecedores e as rotas de transporte em alternativa às da Rússia tornou-se indispensável à segurança do abastecimento energético europeu para o século XXI.

O que se observa, no entanto, é que a diversificação das principais fontes de consumo energético da União Europeia está sujeita a condições de investimentos adversas. Ainda que as energias renováveis e o gás de xisto possam reduzir ou até erradicar a dependência energética europeia, segundo afirmações do Tribunal de Contas Europeu (2015), a UE não mais dispõe dos recursos necessários para financiar projetos energéticos. Os

processos de exploração e produção energética demandam políticas de longo prazo que gerem a capacidade de alcance da eficiência energética a fim de que as novas energias se tornem competitivas frente às tradicionais. Entre 2007 e 2013, o investimento de 3,7 milhões de euros no setor energético contribuiu muito pouco para o abastecimento energético e a segurança energética da União Europeia.

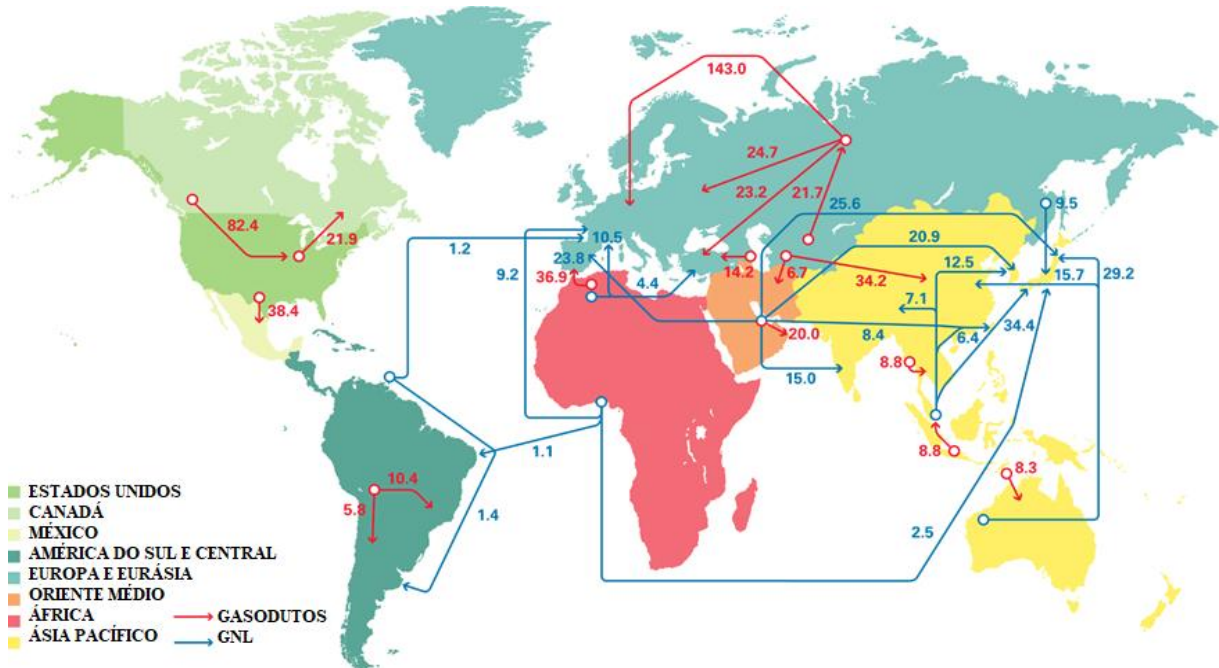
A crescente pressão sobre o orçamento europeu dificulta os investimentos necessários ao desenvolvimento tecnológico e científico para o avanço do setor energético. Schutte (2014a) afirma que esse avanço está associado aos investimentos públicos e privados efetuados em médio e longo prazos visando à garantia da competitividade das fontes energéticas renováveis que são centrais à consolidação da segurança energética no território europeu. Enquanto Frade (2013) defende que os investimentos em tecnologia e ciência devem impulsionar a readequação ou a construção de redes alternativas de infraestrutura energética, a Comissão Europeia (2013), em seu Livro Verde (CE, 2013) defende que as mudanças financeiras e econômicas que marcam o mundo desde 2007 devem ser consideradas. Portanto, a necessidade de altos investimentos continua a impossibilitar transformações mais expressivas na matriz energética europeia.

## **2.2 O quadro de dependência energética frente ao gás natural russo**

Após os já mencionados choques do petróleo da década de 1970, a busca pela menor dependência do petróleo culminou na busca generalizada por novas alternativas energéticas. Para Pinto Junior (2007, p. 231), “o imperativo de reduzir a dependência do petróleo da OPEP viabilizou o crescimento do gás natural na matriz energética mundial na passagem do século XXI, dando início ao deslocamento progressivo do papel central assumido pelo petróleo no século XX”. A sua abundância em nações geograficamente mais próximas como a Rússia, impulsionou o relacionamento pautado em mútuos interesses de maximização do potencial produtivo e exportador dos hidrocarbonetos. A partir desse cenário, a promoção de um amplo sistema de transporte e distribuição do gás foi essencial para que a capacidade de produção russa conseguisse alcançar nações do território europeu. Enquanto o investimento em infraestrutura de transporte é inicialmente elevado para o gás, no longo prazo o custo de manutenção torna-se baixo se comparado às demais fontes energéticas. A problemática advém de que “A Rússia, pela sua dimensão territorial e pela sua riqueza em combustíveis fósseis, domina tanto a exploração do gás como a rede de gasodutos usada no seu transporte e é assim que vários Estados europeus têm dificuldade em diversificar a origem da sua importação”

(RAFAEL, 2012, p. 36). Assim, os principais fluxos do comércio internacional de gás natural que abastecem a UE são provenientes da Rússia, como é possível observar na Figura 3.

**Figura 3:** Principais fluxos do comércio internacional de gás natural em 2016 em milhões de toneladas.



Fonte: BP Global (2018).

O problema que envolve a utilização do gás reside nas consequências advindas de seus fluxos do comércio internacional. Como o abastecimento energético do gás natural é promovido por um sistema de transporte dutoviário, as nações fornecedoras, os consumidores e os países de trânsito se veem em situação de dependência, interligados por uma rede de difícil e improvável abandono. O gás depende do transporte através de uma rede de tubos que conecta diretamente fornecedores e consumidores, dificultando o seu abandono por países consumidores. Assim se instala um cenário de dependência energética entre fornecedores, países de trânsito e consumidores, já que:

[...] no comércio internacional de gás natural as implicações de segurança econômica (para o fornecedor) e de segurança energética (para o consumidor) são imensas. O corte ou redução indesejada dos suprimentos pode levar o país importador ao colapso no fornecimento de energia para setores produtivos essenciais e para a sociedade no seu conjunto – o tão temido “apagão”. Por outro lado, a perda de um cliente ou a redução unilateral do volume de compras representa, do ponto de vista da economia nacional do país exportador, uma perda de receita altamente significativa – em determinados casos, a principal (FUSER, 2013, p. 126).

Criou-se um cenário propício à recepção do gás natural advindo da Rússia. Em decorrência dessa realidade, a dependência europeia do gás natural originário quase que exclusivamente da Rússia gera uma grande desvantagem estratégica à União Europeia, visto que o gás pode ser utilizado como ferramenta de pressão sobre a política externa europeia (CHRISTIE & GRÄTZ, 2009; RAFAEL, 2012; PECEQUILO, 2014; HENDLER, 2015). A energia deixa de ser uma mercadoria do comércio exterior para se tornar uma peça da política de barganhas nas relações internacionais, gerando contextos assimétricos entre os Estados envolvidos. A Rússia, então, enfrenta um quadro de desconfiança sobre as suas relações energéticas com membros europeus, sobretudo, a partir do momento em que instabilidades com os países de trânsito se manifestaram. Sendo dependente da Ucrânia e da Bielorrússia para exportar o gás que envia à UE, as disputas políticas e comerciais com os seus vizinhos desregulam o fornecimento do gás para seus principais consumidores europeus.

**Figura 4:** Oleodutos russo-ucranianos de fornecimento energético à Europa.



Fonte: Pirani & Yafimava (2016)

A Rússia depende tanto da Ucrânia quanto da Bielorrússia para distribuir sua produção de gás natural à Europa. Os conflitos na Eurásia acirram-se com o fim da Guerra Fria, pois as nações vizinhas passaram a enxergar a Rússia como uma liderança opressora em decorrência dos interesses políticos e econômicos no setor energético (MIELNICZUK, 2006). A partir de 2006 desavenças políticas e comerciais entre a Rússia e a Ucrânia e entre a Rússia e a Bielorrússia fugiram do controle regional. As disputas envolvendo o gás natural geram perdas

diárias de receitas à Gazprom, empresa pública russa considerada a maior exportadora de gás natural do mundo, e prejuízos à reputação russa como um fornecedor confiável aos países europeus.

Contudo, são as disputas com a Ucrânia que mais desgastam a política externa da Rússia. A Ucrânia é o principal território de trânsito utilizado para a exportação do gás natural aos consumidores europeus. “Quatro quintos das exportações da Gazprom à Europa, sua principal fonte de receita, passam pelos oleodutos da Ucrânia” (PIRANI, 2009, p. 2). Se para alguns os cortes ou redução do fornecimento de energia advêm de reiterados não pagamentos do gás russo pela Ucrânia (WESTPHAL, 2009; RAFAEL, 2012), para outros tais ações refletem a mudança da postura governamental ucraniana em prol de interesses ocidentais (ALMEIDA, 2008, MANKOFF, 2009; GULLO & TUÑÓN, 2009; SCHUTTE, 2010; MALYGINA, 2010; PEREIRA, 2014).

A Europa encontra-se energeticamente refém das disputas entre a Rússia e a Ucrânia (WESTPAHL, 2009). Rafael (2012, p. 48) defende que

a Rússia nunca cortou o gás natural à Ucrânia sem que esta faltasse aos pagamentos do contrato em vigor, ou sem que ainda houvesse dívidas por pagar de contratos anteriores. Isto é válido para as crises de 2006, 2009 e para os cortes esporádicos registados [sic] no início da década de 1990.

Por outro lado, Almeida (2008), Mankoff (2009), Gullo e Tuñón (2009), Schutte (2010), Malygina (2010) e Pereira (2014) sinalizam que a mudança diplomática russa com a Ucrânia se tornou visível a partir de 2006 fomentada pela Revolução Laranja— ocorrida na Ucrânia, após as eleições presidenciais de 2004, quando a vitória fraudulenta de Viktor Yanukovych (pró Ocidente) gerou protestos, greves e atos de desobediência civil, levando a Suprema Corte ucraniana a ordenar sua anulação e realizar uma segunda eleição, vencida por Viktor Yushchenko com 52% dos votos (ALT, 2015). Independente do real motivo por trás das ações russas, qualquer crise na Ucrânia é capaz de interromper o fornecimento de gás natural aos países europeus, prejudicando o quadro energético europeu (FRADE, 2013). –

A realidade é que a União Europeia vivenciou processos de aprofundamento e alargamento essenciais ao desenvolvimento social e econômico da região. O aprofundamento refere-se às fases da integração econômica, em que a União Europeia alcançou o patamar de ser uma união econômica e monetária com a introdução de uma moeda única, o euro. O alargamento está associado à expansão do número de membros na Organização (EUR-LEX, 2018). Mas em se tratando de seu quadro energético muito ainda precisa ser feito. As



diversidades social, econômica e política dos 28 Estados membros que compõem a UE dificultam a adoção de objetivos e metas bem delimitados com capacidade de resposta.

Órgãos europeus afirmam que para alcançar resultados deve haver diálogo com metas e objetivos nacionais, comunitários e multilaterais. “A chave para uma segurança energética reforçada prende-se, antes de mais nada, com uma abordagem mais coletiva promovida por um mercado interno funcional e uma maior cooperação a nível regional e europeu” (COMISSÃO EUROPEIA, 2014, p. 03), já que as iniciativas realizadas, ao longo dos anos, em âmbito regional e nacional direcionadas à política energética ainda se mostram aquém das reais necessidades da Organização:

A UE necessita, por isso, de uma estratégia pragmática e firme no que se refere à segurança energética, capaz de promover, a curto prazo, a resistência a tais choques e às interrupções no aprovisionamento energético, bem como promover, a longo prazo, a redução da dependência em relação a combustíveis, fornecedores de energia e vias de transporte específicos (COMISSÃO EUROPEIA, 2014, p. 2).

Na prática, os Estados europeus vulneráveis e mais dependentes da oferta de energia proveniente do exterior continuam sendo tratados com menor importância do que o necessário. Solucionar tais demandas requer tempo e coesão entre os Estados europeus. O fato é que interesses individuais e as realidades de cada membro prejudicam a realização de ações imediatas. Luft e Korin (2009 *apud* FONSECA, 2011) argumentam que a adoção de diretrizes energéticas comuns é uma tarefa de difícil execução porque os países têm perspectivas distintas daquilo que consideram ser a sua própria segurança energética. Cada membro possui preferências energéticas específicas que dialogam com suas realidades, a exemplo da territorialidade geográfica, nível de produção de energia, riqueza econômica e disputas territoriais ou políticas travadas com países vizinhos. As diretrizes energéticas englobam a política de Estado como um fator-chave para alcançar resultados nacionalmente almejados, mantendo-se a ideia de que “O Estado é o principal ator no mercado de energia, taxando, regulando, subsidiando e, em determinadas situações, produzindo, distribuindo e comercializando energia. Dessa forma, a sua mediação é fundamental na configuração, operação e definição do desempenho desses mercados” (PINTO JUNIOR, 2007, p. 299).

## **Conclusão**

A União Europeia utiliza estratégias para diversificar as fontes de energia em uso, propondo maior segurança em seu aprovisionamento energético no século XXI. O propósito institucional difundido é tornar a energia na Europa mais competitiva e sustentável, capaz de

garantir estabilidade e abundância dos recursos energéticos à população europeia. Para alcançar tais objetivos, a UE propõe o fomento à produção interna de energia, a fim de reduzir os índices de importação dos hidrocarbonetos.

A partir das observações aqui feitas, transformar a matriz energética europeia caracterizada pela importação de 53% do total de energia consumido, em que a Rússia é a principal fornecedora de petróleo, de gás e de carvão, demanda da União Europeia e de seus membros coesão e diplomacia na política internacional. Na prática, se a diversificação da matriz energética europeia for bem-sucedida, a parceria russo-europeia tornar-se-á secundária frente ao comércio dos hidrocarbonetos da União Europeia. A possível perda dos consumidores europeus preocupa as autoridades russas, já que para a Rússia o mercado internacional de hidrocarbonetos é sua principal fonte orçamentária. Nesse sentido, a diversificação da matriz energética europeia tem a capacidade de prejudicar as finanças russas.

Energia nuclear, hidroelétrica, geotérmica, solar, eólica e da biomassa estão entre as apostas deste século, gerando novas possibilidades ao futuro da matriz energética europeia. Na prática, os últimos anos foram marcados por discursos políticos de autoridades europeias em defesa da aposta nas fontes de energias alternativas. O que houve foi a difusão da ideia de que a humanidade consome muito além do que o meio ambiente suporta, aproximando governos europeus de redes ambientalistas, de partidos verdes e da opinião pública ao longo dos anos 2000. Hoje, estudiosos da área de energia afirmam que a política europeia difundiu temas ambientais e climáticos à agenda política da União Europeia para fortalecer o acesso às fontes de energias, cada vez mais escassas no território europeu. Nesse sentido, as autoridades europeias se beneficiaram com os cortes do gás promovidos pela Rússia para estimular a importância da redução dos altos índices de importações de energia pelos europeus. A Rússia, maior fornecedora de energia à Europa, em seguida aos cortes de fornecimento do gás, foi rotulada como sendo o maior obstáculo para o desenvolvimento do setor de energia europeia no século XXI. Dentre as suas capacidades de entrave o mais evidente é o corte do fornecimento de energia, embora pouco provável, já que os pagamentos seriam interrompidos e ações de embargos seriam imediatamente praticadas, com o provável apoio estadunidense.

A realidade para a Europa é que a redução das importações energéticas não obterá o sucesso planejado se as políticas europeias não forem mais adequadas à atual realidade política e econômica dos europeus. Mesmo com o fomento à produção interna já existente, os índices de energia demandados são desproporcionais se comparados à produção. A mudança

da matriz energética de 28 membros não ocorrerá de imediato, as demandas em um primeiro momento são de tornar a energia advinda das fontes renováveis acessível ao consumidor. Nesse sentido, o investimento em ciência e tecnologia é prioritário para gerar eficiência energética tornando-as competitivas em comparação às fontes tradicionais. Demanda-se tempo, financiamentos de longo prazo e coesão entre os Estados e as empresas europeias. Ao que tudo indica, novas rotas de trânsito ou até mesmo a mudança dos fornecedores são alternativas menos onerosas e diplomaticamente mais aceitáveis. Reduzir a dependência da Rússia não acontecerá imediatamente, já que a mesma continuará exercendo um papel de relevância no cenário energético mundial e a sua proximidade geográfica com a Europa torna seus preços e seu mercado mais competitivos e acessíveis ao consumidor europeu.

A Rússia continuará se destacando na produção e na exportação de hidrocarbonetos para diversos países do mundo, já que a crescente demanda por energia caracteriza a realidade das grandes economias e das economias em expansão, como África do Sul, Brasil, China e Índia. Ao fim e ao cabo, a União Europeia e a Rússia são parceiras a tempo o suficiente para entenderem com clareza quais são os principais desafios e as potencialidades da parceria energética russo-europeia para ambas, de modo que não parece ser provável uma ruptura dessas relações em futuro próximo.

## Referências

ALMEIDA, João Marques de. (2008) A União Europeia e a Rússia após a crise da Geórgia: o fim do paradigma do “Pós-Guerra Fria”. **Revista Relações Internacionais**, (20): 17-29.

ALT, Vivian. (2015) **Ucrânia: Da Revolução Laranja à Crise de 2014**, publicado em Politike [http://politike.cartacapital.com.br/ucrania-da-revolucao-laranja-a-crise-de-2014/]. Disponibilidade: 16/08/2018.

BADEA, Anca Costescu. (2010) **Energy Security Indicators**. Brussels: European Commission, Joint Research Centre (JRC).

BICO, António Jorge Vale. (2014) **Shale gas: tecnologia, mercado e impactos**. Dissertação de Mestrado em Engenharia Eletrotécnica e de Computadores apresentada à Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra (Orientador: Prof. Dr. António Manuel Oliveira Gomes Martins).

BP Global. (2018). **Energy Economics**, publicado em [https://www.bp.com/]. Disponibilidade: 11/07/2018

CAMACHO, Pedro Miguel da Silva. (2016). **A energia na relação União Europeia-Rússia: 2000-2015**. Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais

apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (Orientadoras: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Teresa Rodrigues; Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Carla Fernandes).

\_\_\_\_\_. (2017) A estrutura organizacional do diálogo energético UE-Rússia: uma arquitetura eficaz?. **Revista Associação Portuguesa de Estudos Europeus**, 2 (3): 18-55.

\_\_\_\_\_.

CE - COMISSÃO EUROPEIA. (2013) **Livro Verde**, publicado em [<http://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52013DC0169&from=PT>]. Disponibilidade: 14/08/2018.

\_\_\_\_\_. (2014). Comunicação da Comissão ao Parlamento Europeu e ao Conselho. **Estratégia Europeia de Segurança Energética**. COM (2014) 330.

CHRISTIE, Edward; GRÄTZ, Jonas. (2009) **Strategic asymmetry in Europe-Russia gas relations**: a conceptual note. Organization for Security and Co-operation in Europe, Conference paper: “Strengthening Energy Security in the OSCE area”, publicado em [[https://www.researchgate.net/publication/200147269\\_Strategic\\_asymmetry\\_in\\_Europe-Russia\\_gas\\_relations\\_a\\_conceptual\\_note](https://www.researchgate.net/publication/200147269_Strategic_asymmetry_in_Europe-Russia_gas_relations_a_conceptual_note)]. Disponibilidade: 24/04/2019.

ENCARNAÇÃO, Raquel Lima Bonelli da. (2016) **Questão energética na União Europeia**: desenvolvimento sustentável e segurança estratégica. Trabalho de Conclusão de Curso em Relações Internacionais apresentado à Universidade Federal Fluminense (Orientador: Prof. Fernando Roberto de Freitas Almeida).

ENERDATA. (2018) **Global Energy Statistical Yearbook 2018**, publicado em [<https://yearbook.enerdata.net/>]. Disponibilidade: 11/07/2018.

EUR-LEX. (2018) **Glossary of Summaries**, publicado em [[http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/deepening\\_european\\_integration.html?locale=pt](http://eur-lex.europa.eu/summary/glossary/deepening_european_integration.html?locale=pt)]. Disponibilidade: 13/12/2017.

EUROLAT. (2016) **Resolução: Oportunidades e desafios em matéria do gás de xisto nos países da ALC e nos Estados-membros da UE**. Montevideo: Assembleia Parlamentar Euro-Latino-Americana.

EUROPEAN UNION. (2018). **Living in the EU**, publicado em [[https://europa.eu/european-union/about-eu/figures/living\\_en](https://europa.eu/european-union/about-eu/figures/living_en)]. Disponibilidade: 30/07/2018.

EUROSTAT. (2016). **Eurostat Statistics Explained**, publicado em [[http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Main\\_Page/pt](http://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Main_Page/pt)]. Disponibilidade: 11/07/2018.

\_\_\_\_\_. (2017) **Energy production and imports**, publicado em Eurostat Statistics Explained [[https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Energy\\_production\\_and\\_imports](https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php/Energy_production_and_imports)]. Disponibilidade: 11/07/2018

FONSECA, Pedro Miguel Moreira da. (2011) **Segurança energética e segurança climática**: dois mundos em colisão. Tese de Doutoramento em Ciências Sociais, especialização Ciência

Política, apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (Orientador: Prof. Dr. António Costa de Albuquerque de Sousa Lara).

FRADE, Carmen Verónica do Sacramento Mendes. (2013) **A política energética da União Europeia: segurança e cooperação.** Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Sandra Maria Rodrigues Balão).

FUSER, Igor. (2013) **Energia e relações internacionais.** São Paulo: Saraiva.

GAZPROM (2018). **Gas Export to Europe**, publicado em [<http://www.gazprom.com/>]. Disponibilidade: 16/08/2018.

GULLO, Domenico; TUÑÓN, Jorge. (2009) El gas ruso y la seguridad energética europea: interdependencia tras las crisis con Georgia y Ucrania. **Revista CIDOB d'Afers Internacionals**, (88): 177-99.

HENDLER, Bruno. (2015) A segurança energética entre Rússia e União Europeia: Interdependência complexa e cenários possíveis. **Revista Conjuntura Austral**, 6 (3): 12-32.

LADEIRA, David Martins. (2014) **O impacto das diferentes fontes de energia renovável na evolução do preço final de eletricidade para o consumidor doméstico da UE- 28.** Dissertação de Mestrado em Economia, especialidade Economia Industrial, apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Patrícia Pereira da Silva).

MALYGINA, Katerina. (2010) Ukrainian-Russian Gas Relations after the 2009 Conflict: the Current Situation and Future Prospects. **Russian Analytical Digest**, (75): 5-9.

MANKOFF, Jeffrey. (2009) **Russian foreign policy: the return of the great power politics.** Estados Unidos: Rowman & Littlefield.

MIELNICZUK, Fabiano. (2006) Identidade como fonte de conflito: Ucrânia e Rússia no pós-URSS. **Revista Contexto Internacional**, 28 (1): 223-58.

OLIVEIRA, Lucas Kerr de.(2012) **Energia como recurso de poder na geopolítica internacional: geopolítica, estratégia e o papel do centro de decisão energética.** Tese de Doutorado em Ciência Política apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Orientador: Prof. Dr. Marco Aurelio Chaves Cepik).

PARLAMENTO EUROPEU (2017). **Política energética: princípios gerais.** Fichas técnicas sobre a União Europeia. Bruxelas; Estrasburgo; Luxemburgo: Parlamento Europeu.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. (2014) **A União Europeia: os desafios, a crise e o futuro da integração.** Rio de Janeiro: Elsevier.

PEREIRA, Fábio Manuel Farto Gonçalves. (2014) **A dependência energética em termos de gás natural da União Europeia face à Rússia.** Dissertação de Mestrado em Estudos Europeus, área de especialização Ciência Política, apresentada ao Departamento de História,

Estudos Europeus, Arqueologia e Artes da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Orientador: Prof. Dr. Rui Jorge Gama Fernandes).

PICK, Lisa. (2012) EU-Russia energy relations: a critical analysis. **POLIS Journal**, 7: 322-65.

PINTO JUNIOR, Helder Queiroz, Org. (2007) **Economia da energia**: fundamentos econômicos, evolução histórica e organização industrial. Rio de Janeiro: Elsevier.

PIRANI, Simon; STERN, Jonathan; YAFIMAVA, Katja. (2009) **The Russo-Ukrainian gas dispute of January 2009**: a comprehensive assessment. Oxford: Oxford Institute for Energy Studies.

PIRANI, Simon; YAFIMAVA, Katja. (2016) **Russian gas transit across Ukraine post-2019**: pipeline scenarios, gas flow consequences, and regulatory constraints. Oxford: Oxford Institute for Energy Studies.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. (2013) **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]**: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2ª edição. Nova Hamburgo: Feevale.

RAFAEL, João Miguel Chaves. (2012) **Estratégia energética da Rússia**: o caso do gás natural nas relações com a Europa. Dissertação de Mestrado em Estratégia apresentada ao Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade Técnica de Lisboa (Orientadores: Prof.ª Dr.ª Patrícia Daehnhardt; Prof. Dr. Pedro Borges Graça).

REN21 (2016). **Energias renováveis 2016**: Relatório da situação mundial. Paris: Renewable Energy Policy Network for the 21<sup>st</sup> Century.

SAUVAGEOT, Eric Pardo. (2015) The EU's energy interdependence with Russia and transit countries: what best way to preserve energy security?. **UACES 45th Annual Conference**. Bilbao, Spain, 7-9 September

SCHUTTE, Giorgio Romano. (2010). Economia política de petróleo e gás: a experiência russa. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA)**, 1474.

\_\_\_\_\_. (2014a) Crise econômica ameaça liderança da União Europeia no debate sobre energia e mudanças climáticas. **Boletim de Economia e Política Internacional**, (16): 91-103.

\_\_\_\_\_. (2014b) Segurança Energética e mudanças climáticas na União Europeia. **Revista Contexto Internacional**, 36 (1): 113-43.

SILVA, António Costa. (2017) A segurança energética da Europa. **Revista Nação e Defesa**, 116 (3): 31-72.

SILVA, António Costa; RODRIGUES, Teresa Ferreira. (2015) A segurança energética e um modelo para o futuro da Europa. **Relações Internacionais**, (46): 11-24.

TEIXEIRA, Rita Guimarães. (2011) **Energia**: dinâmicas de relacionamento da Rússia e da União Europeia e tipologia de poder. Dissertação de Mestrado em Relações Internacionais

apresentada à Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Orientadoras: Prof.<sup>a</sup> Maria Raquel Freire; Prof.<sup>a</sup> Teresa Cierco).

TRIBUNAL DE CONTAS EUROPEU. (2015). **Melhoria da segurança do aprovisionamento energético através do desenvolvimento do mercado interno da energia:** são necessários mais esforços. Relatório Especial. Luxemburgo: Tribunal de Contas Europeu.

WALTZ, Kenneth N. (1979). **Theory of International Politics**. Reading (USA): Addison-Wesley Pub. Company.

WESTPHAL, Kirsten. (2009) Europe Held Hostage?. **Russian Analytical Digests**, publicado em [<http://www.css.ethz.ch/content/dam/ethz/special-interest/gess/cis/center-for-securities-studies/pdfs/RAD-53-15-19.pdf>]. Disponibilidade: 18/05/2018.

YIN, Robert K. (2001) **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2<sup>a</sup> ed. Porto Alegre: Bookman.